
**COMISSÃO PERMANENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPINAS
DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

14 de setembro de 2020

Início às 19:10h. Finalizado às 20:30h.

Presentes:

Integrantes da Comissão: José Paulo Almeida - usuário CLS HMMG (titular), Alcides Tronquini – usuário CLS UPA Campo Grande (titular), Rosenildo Correa – trabalhador CLS UPA Campo Grande, Denise Amaro – usuária CLS PA Anchieta (titular), Paulo Chiarelli – usuário CLS PA Anchieta (suplente), Vagner Belli – usuário UPA Carlos Lourenço (titular), Luiz Carlos Valle – usuário UPA Carlos Lourenço (suplente), Ana Claudia Mendonça – trabalhadora UPA Carlos Lourenço, José Augusto Vasconcellos Netto – trabalhador CLS Ouro Verde, Melissa Polezel – trabalhadora CLS SAMU, Paulo Mariante – usuário CMS (titular), José Renato Mei – usuário CMS (suplente), Adriana Pereira – trabalhadora CMS

Convidados: Esequiel Gonçalves - usuário CLS HMMG, Nayara Oliveira – usuária e presidenta CMS.

Justificaram ausência: Claudinis Santos – trabalhadora CLS HMMG e Antônio Gilberto Filetti – usuário CLS UPA Campo Grande (suplente) e usuário CLS HMMG (suplente)

A reunião começou com rodada de apresentação dos (as) presentes e em seguida Nayara explicou porque foi constituída esta comissão e até onde foram seus trabalhos, que estiveram suspensos desde a última reunião ocorrida em 09/03, pouco antes do 1º caso da Pandemia na cidade.

Relatou que naquela reunião o debate aconteceu em torno da questão da alta de mortalidade nos hospitais da cidade, motivo pelo qual se decidiu solicitar informações ao setor responsável da Secretaria, como também foi informado que a presidência da Rede Mário Gatti (RMGUE) comunicou que não indicaria nomes de gestores para compor a comissão por não reconhecê-la como instância do controle social no SUS Campinas. Em relação a este ponto, os (as) integrantes decidiram por continuar os trabalhos da comissão, mesmo sem contar com estes (as) representantes, definindo que entrariam com uma representação junto à promotoria do MPE de Campinas, questionando esta decisão do presidente.

Tanto o levantamento sobre as informações sobre mortalidade hospitalar foi feito e está com José Augusto para análise e apresentação numa próxima reunião desta comissão, bem como a representação (em anexo) foi protocolada no MPE (Notícia de Fato / Representação 43.0713.0001304/2020-1) e aguarda tramitação (foi protocolada em 10/03/20 e última vista em 11/03/20, consulta no site em 15/09).

Comunicou também que com o novo mandato do Conselho Municipal foi aprovado no pleno de 09/09/20 que Adriana Pereira será a nova representante de trabalhadores pelo CMS e Paulo Mariante e José Renato Mei serão os novos representantes de usuários na Comissão, sendo que Mariante ficaria como titular e coordenador da Comissão, atuação que ela estaria declinando e repassando a ele, pois já está envolvida em 2 comissões permanentes do Conselho, além da própria presidência. José Augusto, já

definido como co-coordenador e Camila como relatora, estão sendo mantidos em suas posições já definidas anteriormente.

Depois disso foi aberta a fala aos presentes para que levantassem suas considerações sobre os problemas que estão ocorrendo nos serviços em que são representantes e outras questões correlacionadas para que se pudesse priorizar qual o foco principal desta comissão neste momento.

Seu Alcides falou da falta de condições de trabalho na UPA Campo Grande, onde um dos plantões que teve oportunidade de visitar só havia uma médica atendendo e a falta de segurança no serviço.

Ana Cláudia falou da retomada da UPA Carlos Lourenço como serviço original, citando a redução do número de trabalhadores (as) da limpeza e segurança, o iminente vencimento de contratos de mão de obra em geral para novembro, dezembro e janeiro, que não se sabe em que pé se encontra sua renovação, suspeitando da possibilidade de desassistência.

Mariante comentou sobre a necessária contratação emergencial que caberia ser colocada nessa situação e que precisaríamos focar este assunto, dado que os contratos devem abranger outros serviços.

Rosenildo ressaltou a situação de desassistência atual nos serviços, com a falta de medicamentos essenciais ao trabalho e trouxe a notícia de um comunicado da gestão sobre a UPA Campo Grande como atendimento preferencial para pacientes de saúde mental, o que é bastante preocupante, devido a falta de infraestrutura do serviço atual, agravada por uma responsabilidade complexa como essa, que envolve capacitação, inserção de profissionais especializados na equipe, insumos específicos e adequações de área física.

José Augusto comentou que, segundo as informações disponíveis, os contratos de mão de obra são anuais e não renováveis, confirmando a preocupação colocada por Ana Cláudia, considerando a questão urgente para esta Comissão. Ressaltou que verifica uma tendência de esvaziamento de servidores (as) concursados (as) nos serviços foco da comissão, que não estão sendo repostos por concurso, mas substituídos por terceirizados e que findando o período eleitoral, há uma provável crise de desassistência prevista, problema que “sobrará” para o novo prefeito dar conta. Sobre a questão do atendimento preferencial de saúde mental na UPA Campo Grande, em relação ao modo de tratar e conter os pacientes (contenção física e medicamentosa), lembrou da legislação federal existente sobre o tema, que esta comissão deverá recorrer a ela de modo a tratar do assunto de forma consistente e, por fim, avalia que a questão da mortalidade hospitalar contida nas informações recebidas devem ser também priorizada.

Esequiel sugere que a comissão promova uma “escuta” do candidatos a prefeito relativa a essas questões que afligem os serviços da RMGUE, para obter um compromisso deles a respeito da revogação da lei e as demais providências que almejamos.

Mariante, procurando trazer algumas propostas de encaminhamento para os pontos a ser priorizados pela Comissão propôs que:

1. A presidência do Conselho Municipal oficializar a presidência da RMGUE, Secretário e Prefeito, copiando Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado, solicitando informações sobre o quadro de pessoal atual, o término de contratos de contratação de pessoal para os serviços com as providências que estão sendo tomadas para evitar uma crise de desassistência colocada;
2. A presidência do Conselho Municipal oficializar a presidência da RMGUE em ofícios separados direcionados a obter informações e quais providências estão sendo tomadas relativas a:
 - a. Falta de medicamentos essenciais e insumos ao atendimento nos serviços (especificar os itens mais importantes);
 - b. A implantação da UPA Campo Grande como serviço de referência para atendimento de saúde mental dentro das UPAs, tendo em vista a legislação federal indicada pelo José Augusto;
3. Apresentar as informações a respeito da mortalidade hospitalar em próxima reunião da Comissão, cuja data deverá ser combinada previamente com o José Augusto, que deve sistematizar os dados recebidos;
4. A comissão deverá manter um monitoramento periódico dos serviços em relação às questões apontadas;

Mariante redigirá os 3 ofícios e encaminhará para Nayara providenciar a formalização via SEI.

Em relação à proposta de estabelecer compromissos com os (as) candidatos (as) a prefeito levantada pelo Esequiel, Nayara relatou que a Secretaria Executiva do Conselho Municipal preparou uma carta de demandas a ser apresentada aos (às) candidatos (as) e que deverá ser aprovada no pleno de 23/09/20, que abrange várias questões estratégicas para o Sistema como um todo, não somente para a RMGUE, que foi contruída a partir das deliberações da 11ª Conferência Municipal de Saúde.

Ela sugeriu também que fosse criado um grupo de zap com os integrantes desta comissão, voltado estritamente aos assuntos da Comissão, pois o anterior está bastante descaracterizado de seu objetivo inicial. Houve concordância com a proposta.

Adriana sugeriu que fosse criado um canal de denúncias para que trabalhadores (as) pudessem acessar e trazer os problemas que atualmente vivenciam no dia-a-dia do trabalho dos serviços. Nayara informou que o Conselho Municipal já tem este canal de denúncias anônimo, voltado a usuários (as) e trabalhadores (as) que deverá ser disponibilizado e amplamente divulgado.

As próximas reuniões estão agendadas para 05/10/2020, 09/11/2020*, 14/12/2020*

(*) remarcado para segunda seguinte em função de feriados na 1ª segunda-feira do mês.